

EDITORIAL

O Brasil não tem memória (?).

Trata-se de uma afirmação recorrente, já cristalizada no imaginário nacional. Não obstante, observa-se que essa realidade vem sendo modificada nas últimas décadas, com a crescente valorização da memória institucional, através da criação progressiva dos centros de memória em todo o país. Em Belo Horizonte esse quadro resultou na inauguração da Rede dos Centros de Memória de Minas Gerais – REMIG, que reúne, em caráter informal, várias instituições voltadas para o propósito de trocar experiências nessa área. Assim, um dos artigos do presente número dos *Cadernos de História* da PUC Minas, dedicado ao tema da memória e da história, descreve a sua criação e funcionamento, sob o título “Cooperação e preservação: a história da Rede Memória das Instituições de Minas Gerais – REMIG”. Assinam o texto duas de suas idealizadoras, Isabella Carvalho de Menezes e Ana Maria Matta Machado Diniz, coordenadoras, respectivamente, do Centro de Memória da Fundação Arcelor Mittal Brasil e do Centro de Memória da Justiça do Trabalho em Minas Gerais (TRT), além do Professor Daniel Botelho Rabelo, também do TRT.

Outro indicativo dessa valorização é o expressivo acervo de contribuições, de significativa qualidade e substância, encaminhadas para publicação: artigos, comunicações e depoimentos. A multiplicidade dos trabalhos, das abordagens, dos órgãos envolvidos – públicos e privados – e dos especialistas – juízes, professores, profissionais da ciência da informação, entre outros – são exemplares dessa auspiciosa tendência. Alguns dos textos foram elaborados a partir das discussões travadas durante o II Seminário Memória e Informação nas Instituições, em 2009, no âmbito das comemorações dos vinte anos do Centro de Memória e História da PUC Minas, em parceria com o Departamento de História e a REMIG.

Os artigos iniciais, dentre os sete incluídos, abordam o gerenciamento da documentação aplicado aos órgãos públicos. O primeiro, “Gestão de documentos arquivísticos eletrônicos: o caminho percorrido pela administração pública brasileira”, examina a implementação do sistema na Câmara dos Deputados. O segundo, “Gestão documental e resgate da memória na Justiça do Trabalho: preservação documental é direito do cidadão e dever do Estado”, aponta para a necessidade de investimentos em políticas de gestão e preservação documental nas instituições públicas brasileiras, à luz da experiência desenvolvida no órgão.

Os demais (excluindo o artigo já mencionado sobre a REMIG), abordam casos específicos no tratamento da memória e da educação patrimonial: a implantação do “Centro Inhotim de Memória e Patrimônio – CIMP”; os instrumentos da organização de um acervo pessoal, “A Biblioteca do Mestre: Coleção Arduíno Bolívar”; o relato de uma experiência pedagógica, “Programa de erradicação do trabalho infantil: projeto socioeducativo ‘Educar nos Museus’ na cidade de Vespasiano-MG”; e, finalmente, o exame de um documento fotográfico como lugar de memória, “Exposição de si”.

Na modalidade seguinte, temos duas comunicações sobre a memória institucional envolvendo dois patrimônios expressivos da cidade, a CEMIG e o Minas Tênis Clube – respectivamente, “Pensar pra frente, fazer pro mundo!” e “Programa de Requalificação do Centro de Memória Brenno Renato: desafios e perspectivas”.

Por último, mas não menos importante, encontram-se cinco depoimentos. Um deles analisa também a “Educação patrimonial – uma abordagem empírica, didática e criativa”, relativamente ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG. O outro, “Centros de Memória Institucionais: métodos, procedimentos, ferramentas e tecnologia”, versa sobre questões de ordem prática, voltadas para os afazeres administrativos e o atendimento aos usuários dos Centros de Memória. Os três restantes articulam a experiência acadêmica com a memória institucional da PUC Minas: “Memória Preservada: a trajetória do DCE PUC Minas através de documentos”; “No meio do Caminho tinha um Centro de Memória”; e “Iniciação científica no CMPH e as escolhas profissionais”.

Esperamos que este número possa representar uma contribuição relevante dos *Cadernos* para a comunidade acadêmica, segundo os pressupostos da interação ensino, pesquisa e extensão, da interdisciplinaridade e da socialização do conhecimento.

Prof.^a Dr.^a Heloisa Guaracy Machado

Editora-gerente dos *Cadernos de História* da PUC Minas